

Sumário

Número de notícias: 12 | Número de veículos: 8

LINDOMAR RODRIGUES - CE - NOTÍCIAS
ANFIP

Senado debaterá , na terça-feira, a situação precária do INSS em audiência pública2

DIÁRIO DO GRANDE ABC - SANTO ANDRÉ - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Recorrer à desistência da aposentadoria pode aumentar rendimento 3

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Veja como dar entrada no pedido de aposentadoria e de benefício 4

O DIA - TERESINA - PI - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Contribuintes têm até o dia 31 de agosto para aderir ao refis de ICMS 5

O DIA - TERESINA - PI - EMPREENDER
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Prazo para renegociar dívidas com a União foi prorrogado até 31 de outubro 6

JORNAL DO DIA - ARACAJU - SE - GERAL
SEGURIDADE SOCIAL

Postos anunciarão preço de combustível válido antes da redução do ICMS7

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHAINVEST
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Em revés para o BC, Câmara deve afrouxar regras para criptomoedas 8

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHAINVEST
ECONOMIA

Investimento em empresas fora da Bolsa resiste a maré baixa10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Com tensão política, milionários deixam o Brasil - MERCADO S/A12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O arrocho que sufoca as cidades (Editorial) 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Cenário para PIB em 2023 é desanimador 15

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
ECONOMIA

Preços levam famílias a trocar refeição por lanche 17

Senado debaterá , na terça-feira, a situação precária do INSS em audiência pública

A crise que atinge o Instituto Nacional do Seguro Social, o **INSS**, deve começar a ser debatida, nesta semana, no Senado Federal. Na terça-feira, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza uma audiência pública para discutir as dificuldades enfrentadas pelo Instituto e outras questões relativas à proteção previdenciária da população . A audiência atende pedido do senador Paulo Paim (PT-RS).

Foram convidados representantes do Ministério do Trabalho, do **INSS**, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais (Sindifisco), da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita (Anfip)**, da Associação Nacional dos **Servidores Públicos**, da Previdência e da Seguridade (Anasps), da Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Previdência e Assistência (Fenasps) e da Pública Central do Servidor.

Segundo o senador, os segurados da Previdência têm enfrentado dificuldades de atendimento para obtenção dos benefícios a que tem direito devido a um processo de fragilização da política previdenciária . Paim alega que a gestão do **INSS**, que ele qualifica como inadequada , é a principal responsável pela demora nas análises de benefícios, perícias com prazos que excedem o razoável, precariedade das plataformas digitais e servidores com uma ampla pauta de reivindicações.

Site: <http://www.lindomarrodrigues.com/2022/07/senado-debatera-na-terca-feira-situacao.html>

Recorrer à desistência da aposentadoria pode aumentar rendimento

CAIO PRATES,

CAIO PRATES,

do Portal Previdência Total

Os trabalhadores que alcançam o direito de se aposentar têm o direito de desistir da aposentadoria para buscar um valor maior do benefício. Entretanto, os especialistas orientam que não é sempre que essa tática vale a pena. A vantagem varia conforme a situação específica de cada segurado do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social).

É comum que autarquia federal conceda de forma automática as aposentadorias para os segurados ainda que não tenha havido solicitação formal. O direito de desistência pode ser exercido desde que o trabalhador não tenha realizado o saque dos montantes depositados pelo **INSS**. A recusa é possível mesmo quando concessão foi feita a pedido do segurado. A única exceção é para o caso da aposentadoria por incapacidade permanente, onde não é possível recusar o benefício.

"Nem sempre vale a pena a desistência. Um exemplo bem claro é o de uma pessoa que se aposenta pelo teto do **INSS**. Para ela, renunciar o benefício será apenas perda de tempo, uma vez que ela não poderá receber acima do teto estipulado", exemplifica João Badari, especialista em Direito Previdenciário e sócio do escritório Aith, Badari e Luchin Advogados.

A reforma da Previdência, em vigor desde novembro de 2019, trouxe diversas regras de transição para segurados que estavam próximos de se aposentar quando as mudanças nas regras previdenciárias passaram a valer. Uma das normas, por exemplo, permite que segurados se aposentem com base em uma fórmula de pontos, na qual é somado o tempo de contribuição com a idade do trabalhador.

Já outra regra consiste no "pedágio de 50%". Quem estava a dois anos de cumprir o tempo de contribuição pode pagar um pedágio sobre o tempo que falta para se aposentar. Por exemplo, se faltam dois anos para o segurado alcançar o direito, é necessário trabalhar mais três anos. Já se falta um ano para obter a aposentadoria, será necessário acumular mais um ano e seis meses de tempo de contribuição. Tantas opções

para se aposentar facilitam com o que trabalhador não escolha o melhor caminho e deixe de receber o benefício mais vantajoso que estava ao seu alcance. A desistência é a chance de reverter o erro.

Badari afirma que essa situação demonstra a importância de o segurado estar com o planejamento previdenciário em dia. "O planejamento é extremamente importante para tomar uma decisão e consiste em um mapeamento da vida previdenciária. Este mapeamento envolve não somente fazer a contagem do tempo de contribuição. Deve analisar a carteira de trabalho, ver se o segurado possui tempo de serviço militar, tempo rural, tempo especial, serviço público, entre outros (para serem somados ao tempo de contribuição acumulado)", orienta.

Para Ruslan Stuchi, advogado previdenciário e sócio do escritório Stuchi Advogados, o planejamento tem se tornado mais comum entre os brasileiros, mas ainda é preciso que a conscientização sobre a importância do tema avance mais. "Grande parte não realiza o planejamento previdenciário, o que acaba frustrando muito dos segurados que acabam por receber um benefício menor do que esperado", relata.

Site: <https://www.dgabc.com.br/login/>

Veja como dar entrada no pedido de aposentadoria e de benefício

Apesar de a aposentadoria e benefícios, como o auxílio-doença, serem um direito dos trabalhadores, ainda há muitas dúvidas sobre como fazer o pedido. A reforma da Previdência, implementada em 2019, e a pandemia de covid, que acarretou no fechamento presencial nas agências do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), geraram dúvidas em muitas pessoas que querem dar entrada em pedidos na Previdência.

É importante saber que, desde março, as agências do **INSS** retomaram os atendimentos presenciais ao público, a partir de agendamento prévio feito pelo aplicativo "Meu **INSS**" ou pelo telefone 135.

Além dos pedidos já agendados, os postos voltaram a realizar o chamado "atendimento espontâneo", para informação ou orientação em guichê específico, sem precisar de marcação de data e horário para a realização do serviço.

Todos os serviços estão disponíveis na plataforma do aplicativo ou pelo site, sem a necessidade de deslocamento até um posto do **INSS**.

O segurado pode fazer a sua solicitação de forma remota para pedidos de aposentadoria, auxílios, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e consultas de perícia médica, entre outros.

COMO FAZER AGENDAMENTO

Para realizar o agendamento, o segurado deve acessar o aplicativo "Meu **INSS**" ou ligar para o telefone 135. Após receber uma senha, comparecer à agência no dia e na hora marcados. Os atendimentos espontâneos serão autorizados nas seguintes situações

- 1 - Quando a Central 135 não puder atender à demanda e houver orientação para que o operador encaminhe o interessado a uma agência;
- 2 - Conclusão do pedido pelos canais remotos ou impossibilidade de informação;
- 3 - Recursos apresentados por empresas;
- 4 - Pedido de contestação de Nexos Técnicos Previdenciários (NTEP);
- 5 - Ciência do cidadão referente à necessidade de inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico);
- 6 - Reativação do BPC, após atualização do CadÚnico.

COMO SOLICITAR O BENEFÍCIO

Basta baixar o "Meu **INSS**" e fazer login, usando a sua conta gov.br. Em seguida, clicar no botão "novo pedido" que vai aparecer na sua tela e avançar seguindo as instruções.

Utilizando o aplicativo, é possível enviar a documentação digitalizada, escaneada ou fotografada pelo celular. Após fazer a solicitação, o trabalhador pode, com o número do protocolo de requerimento, acompanhar o andamento do pedido.

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/imprensa/10372/11-07-2022.html>

Contribuintes têm até o dia 31 de agosto para aderir ao refis de ICMS

João magalhães Editor

Os contribuintes que possuem débitos de ICMS, com fatos geradores até 31 de dezembro de 2021, têm até o dia 31 de agosto para aderir ao Programa de Recuperação de Crédito, o Refis. Os descontos chegam até 95% de desconto nos juros e multas. De acordo com as regras do programa, o débito consolidado pode ser pago com redução de 95% dos juros e multas para pagamento integral.

Quem optar pelo parcelamento terá 90% de desconto em juros e multas para pagamento em até 10 parcelas mensais e consecutivas; 75% para pagamento em até 20 parcelas e 60% para pagamento em 60 parcelas. Já os créditos tributários decorrentes exclusivamente de penalidade pecuniária, por descumprimento de obrigações acessórias, terão redução de 90% do seu valor original e dos demais acréscimos legais se pagos à vista.

Entram no Refis, débitos constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive a juizados, espontaneamente denunciados pelo contribuinte, ou ainda em discussão administrativa ou judicial para pagamento integral ou parcelado, observadas as condições e limites estabelecidos na lei.

Os débitos tributários serão consolidados por cada inscrição na data do pedido de ingresso no programa com todos os acréscimos legais previstos na **legislação tributária**. Ainda de acordo com a Lei, o valor de cada parcela não poderá ser inferior a 50 UFRs quando se tratar de contribuintes inscritos na categoria cadastral microempresa e empresa de pequeno porte e 200 UFRs quando se tratar de contribuintes inscritos nas demais categorias cadastrais. As parcelas vencerão no dia 15 de cada mês

Site: <https://odia.presslab.com.br/>

Prazo para renegociar dívidas com a União foi prorrogado até 31 de outubro

(Agência Brasil)

Os donos de micro e pequenas empresas em débito em Dívida Ativa da União ganharam mais tempo para renegociarem suas dívidas tributárias. Foi publicada no Diário Oficial da União, dessa quinta- -feira (30), a portaria 5.885/2022, que prorroga até o próximo dia 31 de outubro o prazo para aderir às transações tributárias disponíveis. No momento, estão abertos 10 editais da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional que preveem condições diferenciadas para pagamento de débitos com a União - entre elas, o parcelamento em até 145 meses e 100% de descontos em multas, juros e encargos. Ao regularizar seu negócio, o empreendedor pode obter a Certidão Negativa de Débitos (CND), ampliando o acesso a crédito e financiamentos, além de participar de compras públicas.

As modalidades do Programa de Retomada Fiscal abrangem diversas transações extraordinárias, dentre elas: a excepcional para débitos ordinários e rurais e a de Pequeno Valor do Simples Nacional. Há também oportunidades específicas para os setores mais impactados pela pandemia, tal como a transação criada pelo Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse). Todas possuem condições específicas para negociação de débitos fiscais.

Além da expedição da CND e da positiva com efeito de negativa (CP-EN), os acordos de transação trazem uma série de benefícios tais como regularidade fiscal e a suspensão de atos de cobrança administrativa ou judicial. Dados da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional apontam que mais de 5 milhões de micro e pequenas empresas estão inscritas em dívida ativa, dentre elas mais de 1,5 milhões de microempreendedores individuais (MEI).

(Agência Brasil)

Site: <https://odia.presslab.com.br/>

Postos anunciarão preço de combustível válido antes da redução do ICMS

Os postos de combustíveis de todo país se são obrigados a divulgar, de forma "correta, clara, precisa, ostensiva e legível", os preços dos combustíveis que eram cobrados, em cada empresa, no dia 22 de junho de 2022, "de modo que os consumidores possam compará-los com os preços praticados no momento da compra".

A determinação, com vigência até 31 de dezembro de 2022, consta do decreto nº 11.121, publicado no Diário Oficial da União de quinta-feira (7). A determinação já está em vigor.

Com a medida, o governo pretende possibilitar ao consumidor comparar o preço atual com o que era cobrado antes de vigorar a lei que não permite às unidades federativas cobrar o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) com percentual acima da alíquota de 17% ou 18%, dependendo da localidade.

A lei foi sancionada no dia 24 de junho.

O decreto publicado ontem destaca, ainda, que os donos dos postos deverão informar também, em separado, o valor aproximado relativo ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS); o valor relativo à Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep); e à Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** - Cofins; e, ainda, o valor relativo à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (Cide-combustíveis).

Em revés para o BC, Câmara deve afrouxar regras para criptomoedas

Julio Wiziack

Para aprovar o projeto de lei que impõe regras ao mercado de criptoativos, o Banco Central abriu mão de um dispositivo da proposta que blindava o patrimônio dos investidores.

A chamada segregação patrimonial era um dos pontos defendidos pelo presidente do BC, Roberto Campos Netto, para igualar as regras desse novo mercado às do sistema financeiro e assim barrar o uso das criptos em lavagem de dinheiro e fraudes -principalmente por meio de moedas como o bitcoin e o ethereum.

Hoje, boa parte das corretoras de criptos misturam o dinheiro do investidor com o da empresa. Em casos de falência ou de qualquer irregularidade, fica mais difícil recuperar o dinheiro do cliente.

Foi o que ocorreu nesta semana quando, por uma decisão judicial, a Capitul teve R\$ 480 milhões bloqueados devido a uma disputa com sua ex-parceira, a gigante Binance.

O dinheiro pertencia aos clientes da Binance, que tinha contratado a Capitul para fazer conversão de moedas (criptomoedas e moedas convencionais).

Segundo relatos, com o bloqueio, a Binance teve de ressarcir os valores com recursos próprios, enquanto aguarda a devolução pela Capitul.

O BC queria separar os recursos dos investimentos dos do caixa das corretoras, mas a medida enfrenta resistência na Câmara.

Segundo pessoas que participam das discussões, o relator do projeto, deputado Expedito Netto (PSD-RO), disse ao BC que preferia deixar o texto mais "aberto", deixando para a regulamentação do projeto os detalhes "mais técnicos". A segregação patrimonial seria um desses pontos.

O texto anterior, aprovado pelo Senado, previa a segregação, mas não impunha essa separação patrimonial para todo o mercado.

O parecer final da Câmara, que pode ser votado nesta semana, exclui a segregação com o argumento de que seria um processo de difícil implementação pelos

custos envolvidos -o que deixaria o mercado concentrado em grandes empresas.

No entanto, o mercado -embora diversificado em número de corretoras- já é altamente concentrado. Mais de 52% do volume mensal de compra e venda de criptomoedas é feito pela Binance, líder global.

Outra incongruência: as empresas que detêm participação menor de mercado também não se opõem à segregação. Elas avaliam que, com a regra, corretoras que hoje operam no "escuro", acobertando clientes com risco de lavagem de dinheiro ou fraudes, teriam de se enquadrar.

Mesmo assim, representantes do BC junto ao Congresso avaliaram haver risco de o projeto não ser votado caso houvesse a restrição.

O acordo realizado foi jogar o assunto para a regulamentação da lei. Após a aprovação do projeto, o presidente Jair Bolsonaro deve editar um decreto transferindo o poder de regulação da lei para o Banco Central. O órgão regulador, assim, definiria a segregação como medida para o mercado.

Na avaliação de algumas empresas de criptomoedas, a regra em discussão trata ativos digitais como recurso financeiro, o que seria incorreto, pois na plataforma de negociação, o ativo não fica na corretora. A empresa só serve de plataforma de compra e venda. Os títulos (códigos protegidos) ficam com os negociadores. No entanto, outras empresas, como a brasileira Mercado Bitcoin, se posicionaram a favor da cláusula.

Já a Binance pediu mudanças na regra, considerada ampla demais. Embora também considere que os ativos digitais não precisem ser segregados, já que não ficam no caixa da empresa, a gigante não se opôs ao texto, segundo relatos de parlamentares.

Nas negociações do parecer, o relator também decidiu desobrigar as empresas a informarem todo tipo de transação acima de R\$ 10 mil ao Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras). A exigência consta no texto aprovado no Senado a fim de que esse setor opere com as mesmas regras do mercado financeiro tradicional.

Nesse caso, as empresas continuariam com a

obrigação definida pela **Receita Federal** de informar apenas operações superiores a R\$ 35 mil.

Essa é outra regra que o BC decidiu modificar via regulamentação.

Há riscos, porém, na estratégia do BC de jogar os dois temas para a regulamentação. Caso o presidente Jair Bolsonaro (PL) sucumba à pressão das empresas que querem uma regulação mais frouxa, a regulamentação poderia ser delegada a outro órgão que não o BC.

Em seu relatório, o deputado ainda acatou pedido de gigantes do setor para que, uma vez aprovada, a nova lei só entre em vigor após seis meses. A versão aprovada pelo Senado previa aplicação imediata.

Empresas de menor porte afirmam que esse prazo dará mais tempo ainda para que companhias, algumas envolvidas em investigações policiais, continuem operando sem regras.

Juntos, os recursos movimentados no país pelas corretoras de cripto já representam cerca de R\$ 300 bilhões, segundo dados do BC de dezembro do ano passado.

Para se ter uma ideia da dimensão dessas operações, as negociações de renda variável feitas na B3 (ações, fundos, BDRs e ETFs) totalizaram cerca de R\$ 600 bilhões no mesmo período, segundo dados da Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) reunidos pelo BC.

A quantia movimentada pelas aplicações digitais já representa 27% dos recursos hoje depositados na caderneta de poupança. No ano passado, somente a Binance movimentou R\$ 40 bilhões no Brasil.

O crescimento exponencial desse mercado nos últimos três anos, sem qualquer tipo de regulação e controle, disparou o temor do BC e da Receita de evasão de divisas e lavagem de dinheiro.

Em julho de 2021, por exemplo, a Polícia Federal deflagrou a Operação Daemon, que mirou Cláudio José de Oliveira. Ele teria desviado R\$ 1,5 bilhão de 7.000 clientes, segundo dados do Coaf e da PF.

Um mês depois, a operação Kryptos avançou sobre o esquema de fraude com pirâmide financeira capitaneado pelo empresário Glaudson Acácio dos Santos, conhecido como "faraó do bitcoin" e que acumulou mais de 67 mil clientes em quase cinco anos de operação.

Por meio de sua assessoria, o BC disse que não iria comentar as negociações sobre o projeto de lei. O

deputado Exedito Netto não respondeu aos questionamentos da reportagem até a publicação desse texto.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/index.do?notop=1&ga=2.146942711.1349115156.1657509532-1380897342.1635735907>

Investimento em empresas fora da Bolsa resiste a maré baixa

Clayton Castelani

Sem ofertas públicas iniciais (IPOs, na sigla em inglês) em 2022, a Bolsa de Valores brasileira é um dos termômetros da dificuldade que empresas locais enfrentam para ganhar valor de mercado neste ano em que a **inflação** mundial catapultou taxas de juros e, conseqüentemente, criou uma ameaça ao crescimento da economia global.

Mas apesar do apagão nas aberturas de capital no Brasil, o segmento de investimento em cotas de companhias negociadas fora da Bolsa mostra resistência.

É o mercado de participação no capital privado, também conhecido como private equity e venture capital, sendo o primeiro focado em empresas amadurecidas e o segundo voltado às de maior potencial de crescimento.

Nos primeiros cinco meses deste ano, o patrimônio líquido da indústria de FIPs (Fundos de Investimentos em Participações) soma quase R\$ 581 bilhões, valor 16% superior aos R\$ 502 bilhões acumulados até o final do ano passado e dez vezes maior do que os cerca de R\$ 55 bilhões anotados em 2011, segundo levantamento da Quantum Finance.

Nesse intervalo de pouco mais de uma década, o número de FIPs passou de 139 para 1.220. A quantidade de cotistas avançou de 468 para 35.152.

Embora não seja possível apontar a quantidade de novas empresas que buscaram capitalização nesse segmento, nem afirmar que companhias trocaram a Bolsa pelo capital privado, os dados da evolução dos fundos privados mostram uma constância que se contrapõe à abrupta interrupção da onda de IPOs.

Antes de cessarem em 2022, as ofertas iniciais na Bolsa tinham atingido o recorde de 46 em 2021.

É a alta dos juros a responsável pelo sumiço de novas empresas na Bolsa. Taxas elevadas aumentam o retorno da renda fixa, opção com maior liquidez e risco inferior ao investimento em renda variável, principalmente no caso de companhias novatas no mercado.

Em outras palavras, se os juros sobem, investidores ficam indispostos a pagar valores mais altos por ações.

"O aumento das taxas de juros espreme o valor de mercado das empresas, que não conseguem impor o preço que elas gostariam às suas ações e o negócio não acontece", explica João Daronco, analista da Suno Research.

A renda fixa aquecida, entretanto, também reduz o apetite de investidores domésticos para o mercado de capital privado, ressalta Carlos Miranda, presidente da X8 Investimentos.

Mas a desvalorização do real frente ao dólar cria, segundo ele, oportunidades favoráveis nesse segmento para estrangeiros.

A vantagem da taxa de câmbio também vale para o investimento do exterior na Bolsa brasileira. Mas no caso do private equity, o investidor fica menos exposto às oscilações do mercado de ações, sobretudo em períodos de instabilidade, como um ano de eleições presidenciais.

"O investimento direto está menos suscetível à volatilidade do mercado, muitas vezes provocada por uma percepção de risco que nem sempre existe", diz.

Miranda e Daronco consideram, porém, que a crescimento do mercado de capital privado não tem relação direta com a queda dos IPOs, mas sim com vislumbres de oportunidade por parte de investidores.

Para o analista da Suno, o crescimento seria fruto da popularização dessa modalidade. A criação de fundos acessíveis a pessoas físicas pelas corretoras explicaria o fenômeno.

Danielle Lopes, sócia e analista de ações da Nord Research, concorda que a ainda incipiente democratização do ramo é um trunfo para a expansão, apesar da crise.

Ela não descarta, porém, a relação com a queda dos IPOs e a possibilidade de que empresas também estejam buscando capitalização no mercado privado enquanto aguardam o momento mais favorável para ingressarem no mercado de ações.

"A empresa acaba se obrigando a ser mais profissional para prestar contas a acionistas e passa a entender o nível de governança que ela precisar atingir", comenta.

Do ponto de vista do investidor, Lopes aponta fundos de private equity e venture capital como opções para a diversificação de carteiras com foco no longo prazo (mais de cinco ou dez anos).

"Quem investe nesse tipo de negócio deve desenvolver uma mentalidade de longo prazo", diz. "Você investe em dez ou quinze empresas e só uma delas tem mais chance de vingar e pagar o investimento nas demais."

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/index.do?notop=1&ga=2.146942711.1349115156.1657509532-1380897342.1635735907>

Com tensão política, milionários deixam o Brasil - MERCADO S/A

AMAURI SEGALLA

Os milionários estão dando adeus para o Brasil. Um levantamento curioso realizado pela consultoria Henley Partners mostra que 2,5 mil pessoas com mais de US\$ 1 milhão em investimentos deixaram o país em 2022. Para efeito de comparação, é quase o mesmo número da Ucrânia (2,8 mil), que, lembre-se, está em guerra com a Rússia. Fatores como crescimento econômico baixo e permanente tensão política levaram os ricos a buscar o aeroporto mais próximo. Na direção oposta, os Emirados Árabes foram os campeões na atração de novos moradores donos de ao menos US\$ 1 milhão. Não é preciso muito esforço para entender as razões por trás desse movimento. O ambiente pró-negócios e os baixos **impostos** - tudo o que o Brasil não oferece - de Dubai fizeram com que 4 mil milionários desembarcassem no país em 2022. Austrália (3,5 mil milionários), Cingapura (2,8 mil) e Israel (2,5 mil) também brilharam no ranking.

Na Decolar, demanda por viagens nacionais e internacionais está em alta

A Decolar, maior agência virtual de viagens do Brasil, notou uma mudança na demanda dos consumidores. Antes da pandemia, havia alternância entre a procura por viagens nacionais e internacionais. Quando os roteiros locais estavam em alta, as rotas estrangeiras ficavam de lado. E vice-versa. Agora, a demanda está equilibrada - ambos destinos apresentam forte retomada. Segundo a Decolar, além de rotas clássicas como o Rio de Janeiro e Europa, os viajantes procuram locais ligados à natureza.

Quem trabalha em regime híbrido tem melhor desempenho

O trabalho híbrido é o melhor sistema da nova era. Pelo menos é isso o que mostra um estudo realizado pela Universidade Harvard. Pesquisadores analisaram 30 mil e-mails enviados por profissionais de recursos humanos de grandes empresas americanas. Os funcionários foram divididos em três grupos: os que trabalhavam o tempo todo no escritório, os que atuavam de forma híbrida e os que estavam em home office. Segundo o estudo, o grupo em regime híbrido foi melhor avaliado por seus líderes.

Preço dos alimentos continuará em alta

A previsão de safra recorde de grãos não será suficiente para reduzir o preço dos alimentos no Brasil. Segundo especialistas do setor agrícola, a demanda externa elevada fará com que os valores continuem em ascensão. Os alimentos exercem intensa pressão sobre a **inflação**. Em junho, a categoria "alimentação e bebidas" subiu 0,80% e contribuiu para que o IPCA tivesse a maior alta para o mês desde 2018. Alguns itens apresentaram forte reajuste, como leite e derivados (aumento de 5,68% em junho).

Rapidinhas

A construtora e incorporadora RNI, do grupo Rodobens, recolheu de suas obras em andamento 900 toneladas de produtos recicláveis. A iniciativa faz parte do Programa de Gerenciamento de Resíduos de Construção Civil (PGRCC), que consiste na gestão sustentável dos insumos. O material foi destinado para cooperativas em diversas regiões do Brasil.

O turismo internacional voltou. Na corretora Globus Seguros, a contratação de seguro viagem acelerou 30% no primeiro semestre em comparação com os seis últimos meses de 2021. "Mesmo com o cenário econômico desfavorável, projetamos crescer 35% no segundo semestre", diz Bruno Motta, Head de Personal Lines da Globus.

Os acionistas da GetNet aprovaram em assembleia o fechamento de capital da empresa de maquininhas de cartões. Detalhe surpreendente: a companhia fez o IPO (sigla em inglês para Oferta Pública Inicial) há apenas oito meses. Em maio, a GetNet já havia informado que deixaria o mercado de ações.

Empresas de diversos setores apostam nas nanopartículas de prata para desenvolver produtos resistentes à contaminação por vírus e bactérias. Segundo a consultoria Allied Market, a inovação criará um mercado de US\$ 6,6 bilhões até 2030. No Brasil, a tecnologia é encontrada em produtos como as lentes oculares da multinacional alemã Zeiss.

22,2%

foi a participação da indústria no **PIB** brasileiro em 2021. Há três décadas, o índice era de 38,7%,

segundo o IBGE

O arrocho que sufoca as cidades (Editorial)

Correio Braziliense

"É nas cidades que as pessoas vivem, trabalham e enfrentam seus problemas. É na porta dos prefeitos e dos vereadores que o povo bate para apresentar suas demandas." As afirmações, com variações sutis ou não, repetidas como uma espécie de mantra por defensores da causa municipalista, podem soar óbvias, mas no arranjo institucional brasileiro, nunca é demais lembrá-las. Apesar de ser o palco onde a vida efetivamente ocorre e onde as necessidades concretas se apresentam, os municípios - e seus agentes políticos - são os entes menos poderosos e mais sobrecarregados de um pacto federativo em que medem forças com estados e União. E essa balança vem se desequilibrando mais, com consequências inevitáveis para aquele que é, ou deveria ser, o agente mais importante de qualquer nação: o cidadão.

No último dia 4, prefeitos de todo o país, representados pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), protestaram em Brasília para chamar atenção para esse quadro.

Segundo eles, a soma de decretos e portarias no governo federal, de projetos aprovados pelo Congresso e de decisões do Judiciário vêm representando impacto de R\$ 73 bilhões ao ano nas contas de prefeituras cada vez mais estranguladas para responder às demandas de suas populações.

Os defensores da causa municipalista alertam que esse aperto gigantesco em um cinto que já vem historicamente archoado é representado por uma equação perversa: de um lado, a perda de receitas, e, de outro, o aumento de despesas impostas às cidades.

No primeiro front, prefeitos se queixam de impactos de redução de **impostos** e transferências às cidades; no segundo, de incremento em gastos com pessoal, via decisões como a elevação de pisos salariais de várias categorias.

Para piorar, representantes das cidades alegam que as contrapartidas federais sob a forma de projetos sociais ou repasses são tímidas e insuficientes. Um dos alertas nesse sentido parte da constatação de demanda reprimida do Programa Auxílio Brasil: segundo cálculos da CNM, até abril havia nada menos que 2.788.362 famílias na fila de espera do benefício. A entidade estima que, se todas elas estivessem recebendo, mais de R\$ 1,1 bilhão estariam sendo

injetados na economia. Com o déficit, além de a roda da produção girar mais devagar, quem está à espera de ajuda federal acaba batendo com mais frequência às portas das estruturas municipais de assistência social.

Mas elas estão oneradas há muito pelo desequilíbrio nos repasses para fazer frente às despesas, alegam os prefeitos. As políticas públicas estão estruturadas na modalidade de coparticipação entre União, estados e municípios. Mas são subfinanciadas, argumentam as cidades, citando exemplos como o da merenda, que tem custo médio de R\$ 4,50 por aluno/dia para as prefeituras, para um repasse médio de R\$ 0,36. Realidade que afeta também outras frentes, como o Programa de Saúde da Família, com despesa média por equipe de R\$ 48 mil, contra repasse federal máximo de R\$ 10,6 mil, segundo as contas da entidade municipalista.

Não é uma pauta simpática, a dos prefeitos.

Se pronunciar contra desoneração de **impostos** em um país com carga tributária entre as mais altas do mundo, que no ano passado atingiu seu recorde histórico, representando 33,9% de tudo o que é produzido pela nação, está longe de despertar apoio incondicional.

Reclamar de aumento de pisos salariais de categorias historicamente desvalorizadas, como o magistério, tampouco.

Mas convém ouvir o que clamam os representantes das cidades - até porque todos, ainda que uma vez mais pareça óbvio, vivemos nelas e sofremos com seus dilemas.

Em um contexto de crise econômica, sanitária e social, com pressão extra sobre sistemas de saúde e assistência locais, sem contar os gastos constantes com infraestrutura e pessoal, não parece uma boa ideia sufocar os cofres de quem é o primeiro a receber essas demandas populares aumentadas. Sem algum tipo de compensação ou reequilíbrio, retirar recursos de prefeituras e aumentar seus gastos fixos - por mais que com medidas que pareçam populares - soa como ameaça de colapso diante do cenário evidente de sobrecarga sobre os serviços públicos. E, se ele se concretizar, sentiremos todos.

Cenário para PIB em 2023 é desanimador

ROSANA HESSEL

Quando 2022 começou, as previsões dos analistas de mercado para a atividade econômica do país eram bem preocupantes, porque apontavam riscos crescentes de uma recessão em pleno ano eleitoral, devido ao forte aperto monetário do Banco Central em curso desde março de 2021 - quando a taxa básica da economia (Selic) estava em 2% ao ano - e que teria impacto na segunda metade do ano. Algumas estimativas apontavam queda do Produto Interno Bruto (**PIB**) neste ano, mas nos últimos meses, surpresas pelo caminho fizeram com que as projeções melhorassem. Em contrapartida, para 2023, as estimativas estão piorando em meio ao cenário conturbado tanto no mercado interno quanto no externo - que também é recessivo.

As perspectivas de baixo crescimento ou mesmo de recessão - que era previsto para este ano - foram transferidas para o começo do próximo ano. E, portanto, quem vencer nas urnas em outubro receberá uma economia cambaleante e com uma conjuntura de farra fiscal sem precedentes em curso que estão fazendo o dólar subir - devido às desconfiças dos investidores - e, conseqüentemente, pressionar a **inflação** deste ano e do próximo.

No início do ano, o governo anunciou medidas para estimular o consumo, como a antecipação do 13º dos aposentados e o saque emergencial do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Essas ações, junto com a retomada gradual do setor de serviços, contribuíram para a surpresa positiva do resultado positivo de 1% no **PIB** do primeiro trimestre e ajudaram na melhora das projeções deste ano.

Historicamente, todo governo gasta bem em ano eleitoral para garantir a reeleição - instrumento que vem jogando contra o crescimento do país desde a sua aprovação, em 1997. O presidente Jair Bolsonaro (PL), que foi eleito prometendo acabar com esse mecanismo, está fazendo de tudo para continuar no poder, pois está atrás do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nas pesquisas.

Agora, às vésperas do início da campanha eleitoral, o governo e o Congresso pretendem escancarar os cofres públicos com o pacote de benefícios da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº1/2022 - a PEC Eleitoral ou Kamikaze. A matéria tramita no Congresso e, de acordo com cientistas políticos, pode não garantir essa vitória almejada de Bolsonaro e até

ser um tiro no pé.

O conjunto de benefícios previsto na PEC Eleitoral, que devem custar, neste ano, R\$ 41,2 bilhões para os cofres públicos em despesas fora do teto de gastos. Isso deve ajudar a melhorar as perspectivas do terceiro trimestre de 2022, mas especialistas reconhecem que as maldades, como consequência da irresponsabilidade fiscal, já estão programadas para 2023. Haverá desaceleração a partir do quarto trimestre deste ano, e, no próximo, o **PIB** vai crescer muito pouco, perto de zero, na melhor das hipóteses.

Especialistas não têm dúvidas de que, a despeito do discurso do ministro da Economia, Paulo Guedes, que vinha falando que a consolidação fiscal estava em curso, o desarranjo das contas públicas ganha corpo com a PEC Eleitoreira. Aliás, Guedes tem evitado fazer comentários sobre essa PEC, que tem gerado desconforto técnicos sérios que ainda permanecem na equipe econômica.

"A questão é que o novo governo, seja quem for que vença as eleições, terá que lidar com essa agenda com muita incerteza na questão fiscal. Existe um legado já herdado de R\$ 91,2 bilhões que são despesas extras que precisarão estar no Orçamento de 2023", alerta a economista Alessandra Ribeiro, sócia da Tendências Consultoria. Segundo ela, nessa conta estão previstos a manutenção do Auxílio Brasil de R\$ 400 e da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de 35%, mas não está incluída uma possível prorrogação da PEC Kamikaze. "Essa conta poderá ser muito maior e, em uma economia que vai crescer muito pouco, será um grande desafio para o governo administrar essa agenda em meio um cenário global de desaceleração", alerta.

Pelas estimativas da Tendências, uma das mais otimistas para 2023, o **PIB** deverá crescer 0,7% no ano que vem, mas não conseguirá avançar acima de 2% antes de 2025. Aliás, somente daqui a três anos, a renda per capita em dólar deverá voltar ao patamar de dois dígitos.

Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, estima crescimento de 0,5% do **PIB** em 2023, mas não descarta um cenário de recessão da economia no começo do ano que vem. "Temos uma desaceleração em curso vindo à frente por várias razões. Há um cenário internacional mais complicado, muito provavelmente recessivo pela frente. Aqui, no Brasil, a taxa de juros vai subir mais ainda em agosto e ficar,

durante muito tempo, em patamar elevado. E esses elementos de risco estragam o cenário da economia com bastante intensidade no ano que vem", explica.

O analista lembra que o risco fiscal, por conta da PEC Eleitoral, piora as projeções, porque vira impacto em câmbio, que aumenta a **inflação** e pressiona ainda mais a taxa de juros. "O cenário, hoje, está bastante adverso, porque tem componentes domésticos e externos bem fortes que atrapalham a economia em 2023. E ainda tem a questão eleitoral", destaca Vale. Segundo ele, o fato de Bolsonaro estar atíçando a população, questionando a eficácia das urnas eletrônicas, por exemplo, também pode gerar ainda mais insegurança. "Vamos ter muita insegurança e muita incerteza sobre isso, além da polarização e como o futuro governo vai lidar com ela", acrescenta.

Marcos Ross, economista-chefe do Banco Haitong no Brasil, também prevê um quadro recessivo no ano que vem, em meio à derrocada fiscal e das instituições fiscais que estão levando o juro neutro para 4%, em termos reais. "Se isso for verdade, pode ser que a Selic tenha que ficar mais alta por bem mais tempo, o que acarreta em mais desaceleração econômica", alerta. A instituição chinesa estima altas de 0,8%, no **PIB** deste ano, e 0,3%, no do ano que vem em um cenário com a Selic encerrando 2022 em 13,75%, mas continuando em dois dígitos até o fim de 2023, quando fechará o ano em 10,75%, cenário que vem espantando a classe média do país. (Ver entrevista na pág. 7) O Itaú Unibanco, que iniciou o ano prevendo queda de 0,5% no **PIB** de 2022, hoje, projeta alta de 2%. Contudo, a instituição reforça o alerta sobre a piora no cenário fiscal e manteve em 0,2% a estimativa de alta do **PIB** no ano que vem. A estimativa do banco para o rombo fiscal em 2023 aumentou de 0,4% para 1,5% do **PIB**, com a dívida pública bruta chegando a 83,5% do **PIB**. "O quadro fiscal está piorando e isso é preocupante, porque tende a deteriorar as perspectivas macroeconômicas. Apesar da melhora das projeções do **PIB** deste ano, a política monetária continua contracionista", destaca Julia Gottlieb, economista do Itaú Unibanco.

R\$ 91,2 bilhões Conta extra de medidas fiscais adotadas pelo governo e criadas pelo Congresso que devem impactar as contas públicas em 2023, sem contar uma possível prorrogação do pacote de "bondades" da PEC Kamikaze, pelas contas da Tendências

Preços levam famílias a trocar refeição por lanche

O brasileiro tem trocado as refeições por lanches, e um dos fatores que explicam a mudança é a alta no preço dos alimentos. É o que apontou uma pesquisa de consumo da Kantar, empresa especializada em pesquisas de mercado, insights e consultoria.

A pesquisa Consumer Insights 2022 apontou que, enquanto o valor médio de uma refeição completa girava em torno de R\$ 43,94 nos primeiros três meses deste ano, o gasto médio com os snacks (lanches e petiscos) era quase quatro vezes menor, em torno de R\$ 10,43.

Outro motivo que explica a troca da refeição pelo lanche é a praticidade. "O brasileiro busca cada vez mais a praticidade no tipo de alimentação dele. Então a gente começa a enxergar cada vez mais a presença de sanduíches principalmente nas ocasiões onde eram fortes as refeições tradicionais", disse o diretor comercial da Kantar, David Fiss.

Tal mudança de comportamento vem sendo observada em todas as classes sociais, especialmente na classe C. "Existe a praticidade e também tem a questão do fator preço. Quando você compra embutidos, você consegue compartilhar melhor os produtos. A compra a granel é um fator também que se ajusta ao bolso do consumidor. Você alia a praticidade ao gosto das pessoas, mas o custo é bem mais acessível do que as refeições tradicionais", afirmou. Ele acrescentou que "cada vez mais, o custo, aliado à praticidade e ao sabor, se tornam relevantes para o consumidor".

O estudo mostrou ainda que as famílias reduziram os gastos fora de casa em 2022, priorizando o consumo dentro do lar. Isso ocorre, segundo a Kantar, por causa da **inflação**. O gasto médio trimestral dentro de casa passou de R\$ 1.329 em 2021 para R\$ 1.369 no primeiro trimestre de 2022, enquanto o fora de casa passou de R\$ 288 para R\$ 278 em igual período.

A alta dos preços do grupo Alimentação de bebidas foi um dos fatores apontados pela taxa inflacionária de junho, de 0,67%. De acordo com o IBGE, o IPCA deste grupo foi influenciado principalmente pelo valor dos alimentos para consumo fora do domicílio. A alta da refeição passou de 0,41% no mês anterior para 0,95% em junho, enquanto o lanche foi de 1,08% para 2,21%.

Ainda, de acordo com a Kantar, os gastos com consumo massivo em casa representaram 52% do orçamento familiar, em média. Para as classes D e E, esse gasto domiciliar foi maior e representou 60% do consumo, enquanto para as classes A e B esteve em torno de 47%.

(Da Redação com Agência Brasil)

Mudança ocorre em todas as classes sociais do Brasil

Pesquisa da Kantar diz que gasto médio com alimentação fora de casa passou de R\$ 288 em 2021 para R\$ 278 em 2022

Site:

<http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/economia/2022/07/precos-levam-familias-a-trocar-refeicao-por-lanche.html>